

Classe Social e Deslocamentos de Renda no Brasil*

José Alcides Figueiredo Santos

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, Brasil. E-mail: josealcidesf@yahoo.com.br.

A pronunciada desigualdade material existente na sociedade brasileira se espelha na distribuição de renda pessoal captada em pesquisas domiciliares e mensurada por diferentes índices sintéticos. Em anos recentes estes indicadores, que serviram para mostrar esta faceta perversa, têm apontado melhoras na distribuição da renda disponível para o consumo. Este trabalho pretende apresentar uma abordagem diferenciada desta questão ao introduzir categorias sociológicas na análise, indo além do foco na repartição da renda entre indivíduos ou domicílios, que são tomados como se fossem unidades isoladas e sem conexões sociais pelo paradigma da renda. A abordagem desenvolvida neste artigo valoriza a conceituação e mensuração prévia dos determinantes de resultados fora do controle dos indivíduos, em vez do foco direto nos resultados em si, como critério fundamental ao tratamento analítico das manifestações da desigualdade distributiva.

Esta lógica de análise tem servido de denominador comum de sociólogos e economistas engajados na crítica às insuficiências do “paradigma da renda”, que em grande medida circunscreve a caracterização da desigualdade ao “espaço” dos resultados expressos numa métrica monetária (Grusky e Kanbur, 2006; Bourguignon, 2006). Ao investigar os problemas suscitados pela identificação da “classe média”, o veterano economista inglês Anthony Atkinson, num movimento convergente,

* Este artigo beneficiou-se de auxílio financeiro à pesquisa fornecido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 58, nº 1, 2015, pp. 79 a 110.

defendeu a importância de “reintegrar as análises das rendas pessoais, da posição na divisão do trabalho e da estrutura de propriedade” (Atkinson e Brandolini, 2011). A sociologia conta com um arsenal de teorias e conceitos que podem ser mobilizados para introduzir as relações sociais entre grupos no espaço de definição e mensuração da desigualdade (Tilly, 1998). O enfoque sociológico, por sua vez, deve estar ciente dos limites de se destacar relações sociais específicas em prejuízo da dimensão multidimensional da desigualdade. Uma abordagem plena da desigualdade envolve naturalmente o tratamento amplo dos sistemas multicausais que geram as consequências que a caracterizam.

A tradição de análise de classes será mobilizada para abordar a dimensão socioeconômica, estruturada, durável e relacional da desigualdade. Embora o espaço da desigualdade possa em teoria ser bastante complicado, a análise de classe supõe que na prática são institucionalizadas combinações em número mais reduzido de determinados recursos (i.e., ativos) e resultados (i.e., renda) (Grusky e Kanbur, 2006). Na tradição sociológica as noções relacionais de classe social conectam-se a narrativas acerca das características salientes dos sistemas de desigualdade econômica e dos mecanismos geradores de renda que impactam nos resultados distributivos. Os privilégios materiais de grupos privados originam-se da apropriação dos frutos da atividade coordenada de trabalho ou da restrição do acesso dos outros a recursos produtores de valor (Tilly, 1998). As desigualdades de bem-estar material e poder social entre grupos são derivadas do que os seus membros têm e do que fazem com o que têm. As desigualdades de poderes e direitos sobre os recursos produtores de valor contribuem para que uma parte da sociedade adquira benefícios oriundos do que os trabalhadores fazem (exploração) ou do que os excluídos não podem obter (opressão econômica) (Wright, 2005). A investigação dos condicionamentos dos fluxos de renda, entre grupos que diferem em termos de posição social subjacente, definidos a partir de uma teoria sociológica clara e consistente, pode cobrir aspectos de variação não capturados pelo paradigma da renda e favorecer o entendimento dos padrões e das mudanças observadas. O recorte de classe social privilegiado neste artigo não supõe naturalmente a desqualificação dos poderes causais derivados de outros tipos relevantes de divisões sociais.

CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

A distribuição da renda pessoal no Brasil, historicamente muito desigual, foi se tornando menos desigual em anos recentes. Enquanto a

desigualdade de rendimento das pessoas economicamente ativas diminuiu a partir de 1995, a desigualdade de rendimento domiciliar *per capita* diminuiu apenas a partir de 2001. Apesar do caráter “acentuado” do decréscimo recente, segundo diagnóstico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em cerca de 90% dos países para os quais se dispõe de informações as distribuições seriam menos concentradas do que no Brasil. Mantido o ritmo atual de diminuição da desigualdade, seriam ainda necessárias quase duas décadas para alcançar um nível similar à média dos países com o mesmo grau de desenvolvimento do Brasil (Barros *et al.*, 2007, 2010; Hoffmann, 2007; Ipea, 2007).

A melhora na distribuição da renda derivada da atividade de trabalho aparece como o principal fator contribuinte para a queda da desigualdade. Destaca-se em segundo lugar o papel da renda não derivada do trabalho associada às transferências do Estado para a redução da desigualdade (Ipea, 2007:72-73; Barros *et al.*, 2010:47). Economistas do Ipea atribuem ao conjunto das transferências públicas, que envolvem a seguridade social, os mandamentos constitucionais e os programas de governo, uma contribuição de um terço para a redução da desigualdade entre 2001 e 2004. Os três componentes tiveram contribuições similares, em torno de 10% cada (Ipea, 2007:54).

Uma avaliação de um período mais longo, baseada na decomposição do índice de Gini, mostra uma contribuição de 21% do Programa Bolsa Família e de 7% do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para a redução da desigualdade entre 1995 e 2004 (Soares *et al.*, 2006:34-36). Reduções nos diferenciais de rendimentos do trabalho entre municípios pequenos, médios e regiões metropolitanas têm influído na queda da desigualdade no país (Barros *et al.*, 2010:49). A convergência de renda e a redução da desigualdade entre as regiões metropolitanas e o restante do país, protagonizada por mudanças na renda do trabalho, foi responsável por metade da queda da desigualdade na distribuição nacional da renda domiciliar *per capita* de 1981 a 2009, segundo a decomposição do L de Teil, que é particularmente sensível às mudanças na extremidade mais pobre da distribuição (Souza e Osório, 2011). No elenco de fatores contribuintes para as variações da desigualdade de renda estariam particularmente educação, raça, programas sociais, região e demografia espacial (Neri, 2011). A queda da desigualdade de renda no período recente tem uma relevância substantiva especial tendo em vista a sua trajetória perversa nas últimas décadas e o patamar elevado em que esta ainda se encontra. Entretanto, a natureza dos fato-

José Alcides Figueiredo Santos

res determinantes subjacentes das mudanças da distribuição de renda, como algo distinto das influências mais imediatas, assim como a escala e a durabilidade dos processos que alimentariam a sua continuidade, ainda não foi devidamente conhecida e explicada (Ipea, 2007:78).

Este artigo pretende identificar os principais deslocamentos de renda e alterações nas recompensas relativas das categorias de classe no período recente de redução da desigualdade de renda pessoal. A análise almeja verificar particularmente o papel dos diferentes empregos, ativos produtivos e fatores de estratificação de classe nas alterações distributivas. Consideram-se igualmente as implicações potenciais das mudanças operadas para as demarcações e composições de classe existentes na sociedade brasileira.

Estudos da Desigualdade de Renda: Percursos e Lacunas

A sociologia despertou com certa lentidão para o estudo da desigualdade de renda contemporânea mesmo em países que têm uma forte tradição de pesquisa em estratificação social. Nos Estados Unidos esta letargia teve relação com um processo anterior de mudança de foco do estudo da estrutura (ou grau) da desigualdade para o processo de seleção dos indivíduos para posições dentro desta estrutura. Além disso, parte importante do esforço de pesquisa se dirigiu para o entendimento das discrepâncias entre subgrupos da população, especialmente raça e gênero, com o foco igualmente nas variações da aquisição individual do *status* ocupacional e dos rendimentos. Entretanto, estudos comparativos na área foram observando que o grau geral de desigualdade de renda nos países influencia a desigualdade de recompensas entre categorias de *status* social (Myles e Myles, 2007; Kenworthy, 2007:584-587).

A longa tradição de pesquisa da distância média de recompensas entre grupos de *status* tem enfrentado nos últimos anos certa estagnação teórica e empírica. Novas formas de desigualdade estão aumentando a desigualdade dentro dos grupos, tornando o “alvo” desta pesquisa cada vez mais móvel. Além disso, a distância de grupo não significa a mesma coisa, nem tem o mesmo tamanho, em diferentes pontos da distribuição de rendimentos. No novo contexto torna-se ainda mais importante identificar a desigualdade em diferentes localizações e no conjunto da distribuição dos rendimentos. Aumentam as vozes defendendo uma agenda sociológica organizada em torno de um amplo

leque de fatores que afetam quem fica com o que e porque, ou seja, as questões centrais da desigualdade social (Leicht, 2008).

O aumento inquestionável das disparidades econômicas nos países desenvolvidos nas últimas décadas deflagrou então pesquisas diversificadas sobre as causas e consequências destas novas dinâmicas da desigualdade (Neckerman e Torche, 2007). Nestes países, o aumento da desigualdade a partir de meados dos anos 1990 tem se caracterizado por um rápido crescimento da renda e da desigualdade entre os rendimentos mais altos. Interpretações desta nova tendência têm sido formuladas, porém a maior parte deste aumento da desigualdade no topo permanece ainda por ser explicada (Lemieux, 2008). A pesquisa sociológica tem se estendido para domínios conexos, que afetam a distribuição da renda, como formação de família e compartilhamento de renda, organização corporativa, sistemas de pagamento por desempenho, política econômica e social (MacCall e Percheski, 2010). Na elaboração desta agenda de pesquisas, surgem igualmente questionamentos acerca da capacidade dos modelos de classe para explicar estes novos padrões de desigualdade, sob a justificativa de que a maioria das discrepâncias tem ocorrido dentro dos grupos de classe e ocupacionais (Kenworthy, 2007; Leicht, 2008). Uma investigação de fôlego nos Estados Unidos, cobrindo o período de 1973 a 2005, procurou examinar se esta crescente desigualdade de rendimentos tem enfraquecido ou fortalecido as divisões de classe. O estudo concluiu que tem aumentado a parcela da desigualdade total que ocorre entre as classes e entre as ocupações que compõem as grandes classes, enquanto o resíduo da “desigualdade individualizada” está declinando em termos de tamanho relativo. Esta ascensão da desigualdade gerou uma distribuição de rendimentos ainda mais “concentrada” (*lumpier*), com distinções ocupacionais e de classe relativamente mais fortes (Weeden *et al.*, 2007).

Estudos prévios no Brasil (economia)

Tendo em vista os objetivos da presente investigação, realiza-se uma revisão seletiva de estudos, a partir dos anos 1980, que exploram determinantes posicionais da distribuição da renda pessoal no Brasil. Na análise da desigualdade de rendimentos no país entre 1976 e 1985, Ramos procurou comparar o modelo de capital humano (variáveis educação e idade, como indicadores de qualificação e experiência) e o modelo estruturalista (setor, como indicador de desequilíbrios de mercado, e posição na ocupação, como *proxy* para posse de capital). Apli-

cou aos dados a técnica de decomposição, de modo especial a decomposição dinâmica (entre dois instantes do tempo), que permite tanto identificar a importância (bruta e marginal) das variáveis, quanto compreender melhor a natureza da sua contribuição. A educação responde por 6,2% da variação da desigualdade no subperíodo de 1977-1981 e 20,5% no de 1981-1985. Já a posição na ocupação fornece uma contribuição bruta de 24,2% e 21,5% nos respectivos subperíodos. Em ambos os casos, as mudanças nas rendas relativas dos diversos grupos – o efeito renda – representaram o fator determinante crucial; já o papel da realocação da força de trabalho entre os distintos grupos – o efeito composição – foi bastante reduzido. O estudo destacou os papéis da distribuição assimétrica da escolaridade e da posse de ativos na reprodução da desigualdade (Ramos, 1993). Essa linha de análise de decomposição da desigualdade aplicada a um período mais amplo (1977-1989) trouxe evidências importantes. A educação contribui em cerca de um terço para a explicação da desigualdade estática (ano a ano). Já o poder explicativo bruto da educação sobre as variações da desigualdade no subperíodo de 1985-1989 é de apenas 9,3%. Emana da análise desse desempenho a conclusão de que “as variações na concentração de salários estão pouco relacionadas, seja com mudanças na distribuição de educação, ou com alterações nos respectivos diferenciais de salário” (Ramos e Trindade, 1991:439).

Bonelli e Ramos (1993) analisaram os determinantes da desigualdade entre a população masculina da área urbana do país de 1977 a 1989. O índice T de Theil serviu para promover a decomposição estática e dinâmica da desigualdade. A variável educação se revela a mais importante no plano da desigualdade estática (em um ponto do tempo), com uma contribuição bruta de 29% a 36%, conforme o ano, para a explicação da desigualdade total, enquanto a posição na ocupação responde por um mínimo de 9% e um máximo de 13% da desigualdade. A consideração dinâmica das mudanças da desigualdade entre 1977 e 1989 faz com que os papéis se invertam: a contribuição bruta da posição na ocupação se eleva para 25,5% e a da educação cai para 15%, além de flutuar bastante conforme os subperíodos considerados. O conjunto dos dados demonstraria a inexistência da “evidência de que a educação tenha afetado a dinâmica da distribuição de renda de uma forma consistente ou sistemática” (*ibidem*:92). Estudo da desigualdade dos anos 1990 registra uma contribuição bruta (isolada) da educação de 70% entre 1992 e 1997, sem considerar na partição a contribuição de outras variáveis, mas não faz o mesmo procedimento para a posição na ocupação, e não

oferece nenhuma explicação para a discrepância em relação às evidências anteriores (Ramos e Vieira, 2000:166).

Por fim, uma análise realizada no período mais recente de redução da desigualdade desconsidera o método de decomposição dinâmica das mudanças da desigualdade, apresentando resultados apenas da decomposição estática em anos selecionados, o que compromete um entendimento mais adequado dos processos subjacentes. As contribuições marginais da educação e da posição da ocupação, ou seja, as contribuições adicionais à partição que já contém as demais variáveis, pouco mudam de 1995 a 2005, ficando respectivamente em 24,1% e 9,3% ao final do período (Ramos, 2007:278). Estudo da contribuição das várias fontes de renda para a desigualdade demonstrou que a renda dos empregadores é a mais regressiva, pois o seu impacto no índice de Gini (15,5%) supera bastante a sua participação na renda total (10,0%) em 2007. A contribuição da renda dos empregados, exclusive servidores públicos, mostra um quadro oposto (33,1% no Gini *versus* 40,5% da renda) (Hoffmann, 2009:221). Merece destaque a constatação empírica, particularmente em estudos do período de aumento da desigualdade de renda, de que a “posição na ocupação” jogou um peso importante na explicação das mudanças no conjunto da distribuição de renda. O uso deste indicador relativamente elementar revelou o potencial que as demarcações estruturais podem trazer para uma representação mais adequada dos fatores constituintes da desigualdade de renda no país.

Estudos prévios no Brasil (sociologia)

A literatura sociológica no Brasil assistiu à trajetória de ascensão, persistência em patamar elevado e diminuição recente da desigualdade de renda como se este fenômeno estivesse fora da sua área de competência e interesse disciplinar. Não trouxe para a sua agenda a questão da distribuição desigual da renda e, ligado a ela, o tratamento dos determinantes de classe e dos mecanismos geradores das desigualdades de recompensas constatadas. Este quadro se alterou um pouco nos últimos dez anos. A investigação da desigualdade de renda centrada na noção de classe social ou ocupacional, em levantamentos de dados, pressupõe a criação de uma tipologia que sirva para classificar os casos a serem comparados. Três estudos sociológicos de publicação mais recente compartilham o interesse analítico pela questão da desigualdade de renda e a opção pelo uso de uma tipologia de classe ou sócio-ocupa-

cional como instrumento de análise dos levantamentos de dados produzidos pelas estatísticas nacionais.

Parte importante da investigação empírica do livro *Estrutura de Posições de Classe no Brasil*, além do desenho e mapeamento de classes, volta-se para demonstrar o efeito intrínseco das posições de classe na renda, ou seja, o fato de que a renda que a pessoa obtém depende da posição ocupada na estrutura social. Investiga-se a importância relativa dos efeitos sobre a renda entre a posição de classe e o capital humano. A posição de classe revela um poder explicativo de quase 39% da renda das pessoas de referência da família. Além disso, a introdução da posição de classe promove sempre acréscimos significativos de poder explicativo nos modelos de determinação de renda. A renda pessoal se mantém polarizada entre os extremos da estrutura de classe, ao serem controladas outras variáveis relevantes, e cresce de forma ordenada nas principais dimensões de diferenciação de classe: ativos de capital, autoridade e ativos de qualificação. Avaliam-se igualmente os efeitos intergeracionais da origem de classe na renda dos indivíduos. A educação e a posição de classe adquirida, ao promoverem de forma extremamente forte a redução do efeito de origem na renda, revelam-se como importantes fatores mediadores intergeracionais da realização de renda. Entretanto, persiste um ponderável efeito direto da origem na renda, ou seja, um efeito não mediado pelo sistema educacional e pela aquisição da posição de classe atual. Por fim, o trabalho envereda pela problemática das relações causais mediadoras ao procurar demonstrar que a posição de classe gera diferenças no porte relativo ou sentido da associação entre as variáveis educação e renda. O conjunto dos resultados ratifica a hipótese geral de que as propriedades das posições e dos segmentos de classe condicionam o modo e a dimensão em que a educação se associa com ganhos adicionais de renda (Figueiredo Santos, 2002).

Ao focalizar a evolução das desigualdades entre grupos sociologicamente relevantes, com o uso de uma tipologia de estratos ocupacionais, Valle Silva forneceu um quadro do jogo diferenciado de perdas e ganhos que resultou em mudanças relevantes na estrutura das desigualdades entre estratos ocupacionais no período de 1992 a 1999. Os ganhos obtidos pelas ocupações situadas na base da hierarquia, ao suplantarem aqueles conquistados no topo da pirâmide, geraram uma redução significativa na desigualdade de rendimentos entre os estratos ocupacionais. Entretanto, a tendência à redução da diferença entre

grupos, além de não ter revertido um quadro ainda preponderante de imensas desigualdades, teria se combinado no período com um aumento das diferenças intragrupos (Valle Silva, 2003a).

Por fim, estudo comparativo do papel de classe social e educação na desigualdade de renda no Brasil mostrou que as categorias da tipologia de classes usada neste artigo têm um poder explicativo bem maior (40% em 2011) sobre os *níveis* de desigualdade (decomposição do índice L de Theil) do que as divisões entre os grupos educacionais (30%). Além disso, como os dois fatores juntos respondem por 46% da desigualdade total, isto significa que as categorias de classe acrescentam bem mais explicação aos efeitos dos grupos educacionais do que o inverso, demonstrando que a tipologia capta outras dimensões da estrutura social, como capital e autoridade, que são bastante importantes para entender a distribuição da renda no país. A *variação* (diminuição) da desigualdade de renda entre 2002 e 2011 foi mais afetada por educação do que por classe social. Em termos de pesos relativos, o percentual das desigualdades explicado pela educação cai abruptamente, porém o das variáveis de classe permanece constante (Souza e Carvalhaes, 2014).

METODOLOGIA: CONCEITOS, INDICADORES E MÉTODOS

Variável independente focal

Na classificação socioeconômica utilizada neste estudo a noção de classe é definida e mensurada basicamente em termos de relações de propriedade. As classes sociais são constituídas por desigualdades de direitos e poderes sobre recursos produtores de valor que geram vantagens e desvantagens entre os grupos (Wright, 1997 e 2005). As desigualdades de resultados que emergem entre as classes definidas em termos de relações de propriedade podem ser deduzidas da assimetria prévia na distribuição dos ativos (Roemer, 1988). As classes são representadas como divisões ou “descontinuidades” na sociedade que afetam o poder social e as chances de vida dos seus ocupantes. Estas categorias são concebidas como um conjunto de posições estruturais que existem num ordenamento relacional. Na delimitação das posições dentro da estrutura social o esquema de classe valoriza as dimensões de propriedade, autoridade e perícia profissional, escolha que reflete e suporta uma convergência teórica presente nos estudos de classe. As relações de propriedade capitalista ficam claramente demarcadas

quando se trata de definir as posições de classe mais privilegiadas. O esquema contempla o tratamento da heterogeneidade associada ao estiramento da base da estrutura social brasileira.

Encontra-se nessa classificação uma sensibilidade sociológica ao entendimento da particularidade da configuração social do país. A abordagem de classe social baseada no controle de ativos fornece um conceito unificado que permite pensar a diversidade de circunstâncias e relações que afetam o poder social e as chances de vida das pessoas. O princípio teórico de exclusão do controle de ativos ou recursos econômicos unifica a noção de posições destituídas de classe e, ao mesmo tempo, serve para especificar os processos que geram destituição. Os mecanismos de exclusão e depreciação de ativos, nas suas várias manifestações, como ativos de capital, terra, qualificação, emprego e força de trabalho, servem à demarcação, por exemplo, das categorias de autônomos precários e trabalhadores elementares. Não são usados na construção desta tipologia critérios distintos do conceito de classe social, como ramos de atividade econômica e escolaridade individual. O autônomo agrícola se caracteriza por controlar um tipo específico de ativo produtivo (terra). O agrícola precário foi diferenciado por ter terra insuficiente, ser posseiro ou vender a produção apenas em mercados locais (consumidor direto). Todos os empregadores envolvem indistintamente atividades agrícolas e não agrícolas (Figueiredo Santos, 2005, 2010).

A classificação ocupacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) até o final dos anos 1990 incorporava “em certa medida, outros critérios não estritamente ocupacionais, sendo possível, por vezes, distinções por ramo de atividade ou posição na ocupação” (Valle Silva, 2003b:50). Entretanto, a partir do Censo de 2000 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2002, com a adoção da CBO-Domiciliar, que segue mais de perto a classificação internacional ISCO-88, o sistema se tornou mais puramente ocupacional, demandando com mais ênfase informações adicionais para uma melhor aproximação da noção de classe social. A capacidade deste esquema de classe de explicar desigualdades de recompensas é enriquecida pela conjugação de informações sobre o *status* dos empregos, os empreendimentos e os ativos controlados.

Além disso, a estratégia teórica e empírica de construção da tipologia restringe o impacto da informação puramente ocupacional, que sofreu

uma alteração profunda a partir da PNAD de 2002. Todos os empregadores e os autônomos, de vários tipos, assim como os empregados domésticos, que correspondem juntos a 32% da estrutura social em 2011, são diferenciados usando dados sobre o *status* do emprego e os recursos dos empreendimentos, a depender do caso, que não foram alterados nas PNADs a partir 1992, ou seja, dentro do período de queda da desigualdade. Os problemas maiores de compatibilidade devido ao uso de informação ocupacional estão circunscritos às categorias que controlam qualificação escassa (especialista, autônomo especialista e empregado qualificado) e exercem autoridade (gerente e supervisor), que perfazem 18,2% da distribuição de classe¹. Ao serem comparadas as distribuições entre 2001 e 2002, as alterações na classificação dos grupos ocupacionais promovidas pela PNAD de 2002 em diante afetam nesta tipologia particularmente o tamanho relativo das categorias próximas de empregado qualificado e trabalhador típico. A categoria de empregado qualificado passou de 4,4% em 2001 (antes da mudança) para 7,3% em 2002, enquanto o trabalhador típico se reduziu de 38,2% para 34,2% no mesmo período. Os pesos das demais categorias foram pouco afetados pelas alterações, o que garante uma boa comparabilidade da tipologia de classes mesmo neste universo cuja operacionalização depende dos grupos ocupacionais.

Modelos estatísticos, variáveis de controle, período e unidade de análise

A regressão quantílica foi utilizada para calcular as medianas ajustadas de todas as categorias. A regressão mediana reflete melhor a mudança de localização central para a distribuição da renda que é altamente assimétrica ou desequilibrada à direita, ou seja, na direção dos valores mais elevados. O uso da mediana justifica-se por captar melhor o que se passa com a experiência da maioria dos membros das categorias (Hao e Naiman, 2007). Esta medida sumária minimiza as distâncias absolutas em relação ao centro da distribuição, de modo que os casos se mostram mais próximos ou menos distantes deste valor. Além disso, por estar sendo feita uma comparação com o ano de 1992, de inflação muito elevada, a mediana representa uma medida bem menos sensível a problemas de mensuração associados à flutuação inflacionária, ou seja, a uma variação espúria e extrema de valores que distorceriam o “centro real” da distribuição. Como estão sendo estimadas rendas típicas dos grupos, menos heterogêneos do que a população, esta propriedade da mediana protege ainda mais as estimativas de possíveis distorções.

Os valores ajustados foram usados para calcular as distâncias proporcionais (desigualdade relativa) sem a necessidade de recorrer à transformação logarítmica da variável dependente. As estimativas realizadas baseiam-se na distribuição efetivamente existente da renda. Os valores ajustados em reais foram obtidos com o procedimento “predxcat”, criado por J. M. Garrett, que é incorporado ao ambiente do programa Stata. Foram calculados os intervalos de confiança (IC) ao nível de 99% e aplicados testes de diferenças entre as medianas ajustadas (vide Tabela A anexa). Os pesos amostrais foram usados em todos os processamentos. O Stata ajusta os pesos usados (*pweights*) ao tamanho efetivo da amostra, de maneira a não interferir nos parâmetros estimados e nos erros-padrões. Foram consideradas nos modelos estatísticos, com o intuito de ajustar as estimativas e de estabelecer comparações, as contribuições de covariáveis independentes que estão associadas às circunstâncias de classe e à determinação da renda. Os modelos com controles incorporam as variáveis raça, gênero, setor econômico, região geográfica, dimensão da área urbana, tempo de trabalho, horas trabalhadas e, em parte das estimativas, educação. Sexo foi incluído como variável binária. Raça diferencia o grupo branco e o não branco. Foram seis os setores econômicos considerados (indústria de transformação, indústria extrativa, serviços produtivos, serviços de distribuição, serviços sociais e serviços pessoais). As regiões envolvem Sudeste, Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte. A dimensão da área urbana demarca região metropolitana, municípios autorrepresentativos (*proxy* para médio porte) e demais municípios. O tempo de trabalho foi estimado pela idade atual diminuída da idade quando a pessoa começou a trabalhar. As horas de trabalho na semana são relativas ao trabalho principal, por motivo de ajuste com a renda. A variável educação distingue as demarcações principais na aquisição da escolaridade no país: de 0 a 7 anos (inferior ao fundamental), 8 a 10 anos (fundamental completo), 11 anos (segundo grau completo), 12 a 14 anos (superior incompleto) e 15 anos ou mais (superior completo).

A escolha da unidade de análise depende da medida de situação econômica que está sendo utilizada. A definição do indivíduo como unidade de análise parece ser mais apropriada para examinar a relação entre estrutura de classe e desigualdade de rendimentos (Wolff e Zacharias, 2013:1388). Tendo em vista que a classificação socioeconômica para o Brasil foi construída com base em informações sobre o trabalho principal, a variável dependente será a renda do trabalho principal, por motivo de ajuste. A renda do trabalho foi expressa em valores

de 2011 usando deflatores baseados no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com ajustes na transição para o Plano Real (Corseuil e Foguel, 2002). Foi escolhido o ano-base de 1992 visando ampliar a comparação temporal para o contexto de desigualdade anterior à estabilização monetária. O ano intermediário de 2002 foi incorporado visando focalizar o período em que a redução da desigualdade foi maior e mais consistente. Além disso, por ser o ano de alteração do sistema ocupacional da PNAD, oferece uma comparação mais limpa de ruídos de mensuração com o presente.

Estratégia de análise

O estudo combina o uso de medidas de diferenças observadas e de diferenças ajustadas por regressão quantílica. A análise das mudanças na desigualdade de renda no Brasil pode se beneficiar do uso de medidas descritivas que se “distanciam” menos dos dados originais. As diferenças observadas refletem a situação das pessoas concretas e não são afetadas pela modelização estatística do comportamento da mensuração na população. As divisões de classe envolvem o controle de recursos produtores de valor e os mecanismos de formação da renda. As categorias de classe estão sendo mensuradas como posições relativas na estrutura do emprego. A noção de emprego focaliza a atividade empreendida e sua relação com as demais atividades dentro da organização social do trabalho. O elo entre emprego e fluxo de renda é relativamente direto, contíguo e temporalmente direcionado. Faz bastante sentido supor a existência neste elo de uma influência dominante que vai do emprego para a renda. Entretanto, mesmo as diferenças de renda observadas entre as categorias de classe social não demonstram por si só relações inerentes, pois refletem o resultado agregado de um feixe de múltiplas influências na renda das pessoas. “O concreto é concreto”, enfatizou Marx, “porque é a síntese de muitas determinações, isto é, a unidade do diverso” (Marx, 1974:122). A geração de “experimentos estatísticos” para o cálculo de efeitos ajustados ajuda a isolar e especificar os fatores responsáveis pelos resultados encontrados.

A análise da desigualdade entre os grupos envolve naturalmente a comparação das diferenças de renda. A comparação vai ser feita tanto em termos de diferenças absolutas quanto de diferenças relativas. As diferenças absolutas medem as distâncias por subtração ou adição entre os rendimentos, mostrando o quanto um grupo ganha a menos ou a mais em valores monetários concretos. As diferenças relativas medem

uma razão ou proporção entre os rendimentos. As medidas econômicas mais famosas de desigualdade, baseadas em certas propriedades axiomáticas, captam apenas alterações na desigualdade relativa, mas é recomendável analisar os dados de ambas as formas.

Desigualdade relativa e absoluta são dois conceitos diferentes de desigualdade e não dois modos de medir a mesma coisa. A noção canônica de desigualdade relativa é baseada em metodologia axiomática, e não em teoria econômica. O significado das comparações depende criticamente da base axiomática especificada para a regra de comparação da desigualdade. Quando a renda aumenta para todos na mesma proporção, a desigualdade relativa não se altera, pois ela depende estritamente das razões da renda individual em relação à média. Entretanto, o padrão de desigualdade existente faz com que as mudanças proporcionalmente “neutras” aumentem a desigualdade absoluta. Os ricos são mais beneficiados justamente por terem sido colocados num patamar de renda maior. As preocupações cotidianas das pessoas com justiça distributiva são motivadas mais pela desigualdade absoluta. Um amplo estudo com grupos de estudantes de diferentes países mostrou que 40% dos participantes concebem a desigualdade em termos absolutos (Medeiros, 2012; Ravallion, 2004; Amiel e Cowell, 1999).

Foram escolhidos como grupos de comparação, na análise das distâncias de renda entre as categorias, o bloco de posições privilegiadas e o de posições destituídas. O bloco privilegiado é composto por capitalista, especialista autônomo, gerente e empregado especialista. O bloco destituído abarca trabalhador elementar, autônomo precário, empregado doméstico e agrícola precário. Esta comparação usada de forma combinada mostra-se bem representativa por envolver ambos os polos da estrutura social. Além disso, como a desigualdade da renda pessoal está em queda no país, supõe-se então que as posições privilegiadas estejam perdendo renda e as destituídas estejam ganhando renda. Comparações teoricamente orientadas foram feitas recorrendo-se à seleção de contrastes de classe cujos resultados mostram-se mais associados e mais exemplificativos das dimensões de propriedade, autoridade e credenciais da estrutura social.

MUDANÇAS DE RENDA OBSERVADAS

A consideração das alterações na estrutura de posições de classe e dos deslocamentos da renda entre as categorias de classe permite fazer

Tabela 1
Distribuição da População e Relação Renda Apropriada/População nas
Categorias de Classe
(Brasil, 1992-2011)

Categorias de Classe	População			Renda/População		
	1992	2002	2011	1992	2002	2011
Capitalista e fazendeiro	0,54	0,58	0,58	6,48	6,24	5,76
Especialista autônomo	0,58	1,12	1,26	3,98	3,69	2,89
Gerente	2,25	2,79	2,47	3,10	2,85	2,56
Empregado especialista	2,52	3,57	5,07	3,55	3,22	2,64
Pequeno empregador	3,74	4,00	2,93	2,49	2,59	2,20
Autônomo com ativos	6,78	7,46	7,22	1,41	1,22	1,17
Autônomo agrícola	5,31	4,32	3,13	0,51	0,47	0,57
Empregado qualificado	3,95	7,33	7,72	1,71	1,33	1,18
Supervisor	1,68	1,77	1,43	2,29	1,40	1,55
Trabalhador típico	37,00	33,90	39,46	0,91	0,76	0,76
Trabalhador elementar	14,24	11,81	10,01	0,37	0,38	0,48
Autônomo precário	10,46	10,78	9,55	0,64	0,58	0,67
Empregado doméstico	7,97	8,74	7,78	0,30	0,35	0,40
Agrícola precário	2,98	1,84	1,39	0,22	0,20	0,25

Fonte: IBGE. PNADs 1992 e 2011 – Microdados. Brasil, sem Norte rural, exceto Tocantins.

uma primeira aproximação do problema da pesquisa. A Tabela 1 situa a evolução da estrutura de classe no período, pois as mudanças no peso relativo das categorias, que são desigualmente recompensadas, influenciam o comportamento da distribuição da renda. Apresenta-se igualmente o montante apropriado da renda ponderado pelo peso demográfico da categoria. O indicador afere a proporção da renda que fica com uma dada proporção da população que integra cada categoria, o que representa uma informação diferenciada em comparação ao uso de medidas sumárias, que expressam valores típicos, como média e mediana. Os valores computados significam que a categoria se apropria de um montante equivalente a X vezes o seu peso na população.

O topo privilegiado da estrutura social aumentou de 8,1% em 2002 para 9,4% em 2011 essencialmente por conta da expansão dos especialistas. A base destituída decresceu no mesmo período de 33,2% para 28,7% com a retração de todas as categorias que a compõe. Entre as posições de classe destaca-se a expansão do empregado especialista, que recebe mais renda, e o avanço do trabalhador típico, cuja renda está

próxima da mediana. Todas as categorias mais privilegiadas perderam renda relativa à população que abarcam. Categoria de grande densidade social, o trabalhador típico perdeu terreno na apropriação proporcional da renda em comparação a 1992 e ficou em situação estagnada no período pós-2002. As três principais categorias da base destituída, em termos do seu peso populacional, ampliaram a sua participação na fatia ponderada da renda total.

A Tabela 2 revela as alterações que se deram no período no nível típico de renda de cada grupo. Além dos valores da mediana, registra-se o quanto a renda de cada categoria se desvia em termos percentuais da mediana total. Ao se diminuir a renda da categoria pela mediana total e se realizar a divisão do resultado pelo mesmo total o valor, diferente de zero equivale ao desvio positivo ou negativo do centro da distribui-

Tabela 2
Renda Mediana e Desvio Percentual em Relação à Mediana Total
por Categorias de Classe
(Brasil, 1992-2011)

Categorias de Classe	Mediana em R\$ de 2011			Desvio % da Mediana Total		
	1992	2002	2011	1992	2002	2011
Capitalista e fazendeiro	4300	4615	5000	599,2	712,5	525,0
Especialista autônomo	3440	3373	3000	459,3	493,8	275,0
Gerente	1978	1953	2100	338,0	243,8	162,5
Empregado especialista	2694	2485	2300	338,0	337,5	187,5
<i>(Topo privilegiado)</i>	<i>(2580)</i>	<i>(2627)</i>	<i>(2500)</i>	<i>(319,5)</i>	<i>(362,5)</i>	<i>(212,5)</i>
Pequeno empregador	1720	1775	2000	179,7	212,5	150,0
Autônomo com ativos	1032	888	1000	67,8	56,3	25,0
Autônomo agrícola	430	355	450	-30,1	-37,5	-43,8
Empregado qualificado	1376	1065	1200	123,7	87,5	50,0
Supervisor	1892	1065	1500	207,6	87,5	87,5
Trabalhador típico	692	639	800	12,5	13,5	0,0
Trabalhador elementar	447	355	545	-27,3	-37,5	-31,9
Autônomo precário	464	426	600	-24,6	-25,0	-25,0
Empregado doméstico	275	355	545	-55,3	-37,5	-31,9
Agrícola precário	249	178	200	-59,5	-68,7	-75,0
<i>(Base destituída)</i>	<i>(430)</i>	<i>(355)</i>	<i>(545)</i>	<i>(-30,1)</i>	<i>(-37,5)</i>	<i>(-31,9)</i>
Mediana Total	615	568	800			

Fonte: IBGE. PNADs 1992 e 2011 – Microdados. Brasil, sem Norte rural, exceto Tocantins. Desvio: (Cat. – Total) / Total.

ção. O valor zero representa a equivalência ou ausência de desvio do valor central. São mostradas as alterações no tempo nas distâncias de renda em relação ao patamar móvel da renda que está tipicamente disponível. Esta forma de comparação serve para captar mudanças da desigualdade de renda visto que esta cresce quando os grupos se distanciam e decresce quando os grupos se aproximam do centro da distribuição (Amiel e Cowell, 1999:10). Todas as posições mais privilegiadas, do capitalista ao empregado especialista, viram a sua renda mediana se encolher em relação à mediana total. A retração relativa do desvio no período pós-2002 variou de -26% para o capitalista a -45% para ambos os especialistas.

A renda mediana do pequeno empregador, que se aproxima do bloco privilegiado, teve um retrocesso relativo de -29% da distância do centro. A situação mostra-se bem menos desfavorável para ambos os empregadores na comparação com 1992. Os estratos intermediários, que controlam capital, terra ou qualificação escassa, não se saíram bem, pois os desvios positivos da mediana total diminuíram (autônomo com ativos e empregado qualificado) e os negativos aumentaram (autônomo agrícola). O grande conjunto formado pelo trabalhador típico viu a sua renda se igualar à mediana (desvio zero), perdendo certa diferença positiva do passado. Na base da estrutura social ocorreu uma redução dos desvios negativos, na comparação com 2002, sendo que este processo foi claramente dominado pelo desempenho do empregado doméstico e do trabalhador elementar (categorias assalariadas).

As mudanças para o conjunto do bloco destituído foram exatamente iguais às experimentadas por ambas as categorias. Entretanto, na comparação com 1992, a mudança não é favorável ao conjunto, sendo que apenas o empregado doméstico diminuiu a distância de renda. No quadro composto pela evolução dos desvios de renda, a partir de 2002, os retrocessos relativos das posições mais privilegiadas foram mais pronunciados (-29,4% para o bloco) do que os progressos relativos das posições destituídas (+14,9% para o bloco).

MUDANÇAS NAS MEDIANAS AJUSTADAS

A Tabela 3 apresenta as mudanças da localização central da renda com o controle de um amplo leque de variáveis com impacto relevante na renda. São mostradas separadamente as estimativas com e sem o controle da educação. Todos os resultados apresentados são baseados nos

Tabela 3
Diferenças Absolutas (-) entre as Medianas Ajustadas (R\$ 2011) das Categorias
Designadas e da Base Destituída ou do Topo Privilegiado
(Brasil, 1992-2011)
Regressão Quantílica com Controles

Categorias de Classe	Dif. Sem Controle de Educação			Dif. com Controle de Educação		
	1992	2002	2011	1992	2002	2011
Capitalista	3689	4271	4310	3197	3478	4003
Especialista autônomo	2413	2564	2251	1296	1494	1510
Gerente	1339	1388	1396	889	964	1029
Empregado especialista	2000	1907	1681	1004	921	1036
Pequeno empregador	1306	1207	1311	1075	1039	1151
<i>Mediana da Base</i>	511	463	645	654	604	775
Autônomo com ativos	-1421	-1623	-1453	-762	-901	-961
Autônomo agrícola	-1812	-1958	-1898	-1047	-1176	-1336
Empregado qualificado	-1091	-1414	-1278	-694	-899	-965
Supervisor	-674	-1490	-1056	-125	-784	-633
Trabalhador típico	-1692	-1780	-1637	-984	-1034	-1120
Trabalhador elementar	-1900	-1957	-1828	-1107	-1150	-1547
Autônomo precário	-1810	-1880	-1730	-1071	-1104	-1184
Empregado doméstico	-1847	-1853	-1726	-1083	-1056	-1160
Agrícola precário	-1874	-2013	-2011	-1100	-1228	-1445
<i>Mediana do Topo</i>	2373	2374	2425	1744	1721	1985
<i>Diferença Topo-Base</i>	1862	1911	1780	1090	1117	1210

Nota: Medianas ajustadas em R\$ 2011, IC 99% e ajustes dos modelos encontram-se no Anexo.

valores preditos das medianas que foram ajustados por regressão quantílica. Foram calculadas as diferenças absolutas, por subtração, entre as medianas das categorias designadas e da base destituída ou do topo privilegiado. Este duplo termo de comparação justifica-se por ser mais representativo na medida em que é feito com os blocos de classe situados em ambos os polos da estrutura social. São reproduzidas igualmente as medianas dos dois blocos de comparação. Deste modo, pode-se, numa conta simples, retornar aos valores preditos originais de cada categoria. Na Tabela A, do Anexo, estão todos os valores preditos com os respectivos intervalos de confiança ao nível de 99%. A inspeção dos erros-padrões e dos intervalos não sugere a existência de alguma preocupação razoável com a precisão e a confiança das estimativas.

A interpretação dos dados será feita com foco especial no período recente pós-2002, quando a queda da desigualdade foi maior e mais consistente. Referências complementares serão feitas ao conjunto do período. Na comparação entre as categorias do topo e a renda da base destituída agregada, os modelos sem o controle de educação mostram uma queda das vantagens absolutas dos especialistas e um ligeiro aumento ou estabilidade das vantagens dos grupos que controlam capitais ou exercem autoridade. Os modelos com o controle de educação fazem com que as vantagens de todos os grupos privilegiados aumentem no curso do tempo. Em três grupos a ampliação das diferenças absolutas fica maior na comparação com 1992.

Na comparação com a renda do agregado privilegiado, as demais categorias revelam nos modelos sem o controle de educação uma diminuição das diferenças absolutas. A redução em relação ao trabalhador típico foi de 143 reais. Sem o controle de educação, a diferença absoluta *topo-base* sofreu no agregado uma diminuição de 131 reais. Os modelos com o controle de educação produzem, regra geral, um aumento das desvantagens em relação ao bloco privilegiado. Este processo se dá também na comparação com 1992. O controle da educação parece subestimar a renda dos especialistas e, ao fazer isso, transforma a diminuição constatada em aumento das diferenças absolutas. A introdução do controle promove um tipo de “experimento estatístico” cuja implicação precisa ser avaliada. Estimam-se as distâncias de renda na suposição de que as posições de classe comparadas tenham exatamente a mesma *distribuição* dos indivíduos entre as categorias educacionais (Wright, 1979:135). O procedimento compõe um cenário não realista ao ajustar as rendas à situação hipotética de que os empregos de especialistas são indiferentes à posse de educação superior. Embora tenham sido caracterizadas exclusivamente pelo *status* do emprego e pelos grupos ocupacionais estas categorias estão estreitamente associadas à aquisição educacional. A realização da comparação com o controle de educação torna-se ainda mais problemática tendo em vista que os especialistas aumentaram fortemente o seu peso demográfico no topo da estrutura social. As duas categorias somadas evoluíram no período pós-2002 de 4,7% para 6,3%, perfazendo hoje 67% do topo privilegiado.

Na Tabela 4, passa-se à consideração das distâncias relativas ou proporcionais entre as categorias. Estas estão expressas nas razões entre as respectivas medianas ajustadas. Foram utilizados igualmente como

Tabela 4
Razão ou Distância Proporcional (%) entre as Medianas Ajustadas das
Categorias Designadas e da Base Destituída ou do Topo Privilegiado
(Brasil, 1992-2011)
Regressão Quantílica com Controles

Categorias de Classe	Sem Controle Educação			Controle Educação		
	1992	2002	2011	1992	2002	2011
	Categoria/Base Destituída					
Capitalista	822	1022	767	589	676	617
Especialista autônomo	579	654	449	298	347	294
Gerente	362	400	316	236	260	233
Empregado especialista	491	512	361	254	252	234
Pequeno empregador	356	361	303	265	272	249
	Categoria/Topo Privilegiado					
Autônomo com ativos	40,1	31,6	40,1	56,3	47,6	51,6
Autônomo agrícola	23,6	17,5	21,7	40,0	31,7	32,7
Empregado qualificado	54,1	40,4	47,3	60,2	47,8	51,4
Supervisor	71,6	37,2	56,5	92,8	54,4	68,1
Trabalhador típico	28,7	25,0	32,5	43,6	39,9	43,6
Trabalhador elementar	19,9	17,6	24,6	36,5	33,2	37,2
Autônomo precário	23,7	20,8	28,7	38,6	35,9	40,4
Empregado doméstico	22,2	21,9	28,8	37,9	38,6	41,6
Agrícola precário	18,9	15,2	17,1	36,9	28,6	27,2
<i>Base Destituída</i>	21,5	19,5	26,6	37,5	35,1	39,0

Nota: Medianas ajustadas em R\$ 2011, IC 99% e ajuste do modelo encontram-se no Anexo.

referências de comparação os agregados das categorias do topo privilegiado e da base destituída. O quadro composto mostra uma queda ponderável das vantagens proporcionais do topo da estrutura social. O controle da educação reduz e relativiza bastante a dimensão desta queda. Deve ser baseada neste modelo a avaliação final da mudança para quem controla capital e exerce autoridade. Entretanto, as situações dos especialistas são contempladas de modo mais adequado pela escolha do modelo sem o controle da educação.

Na parte inferior da Tabela 4 as medianas ajustadas das categorias estão expressas como uma porcentagem da renda do agregado privilegiado. No período pós-2002, esta defasagem proporcional se reduz para a grande maioria das categorias. A renda mediana do trabalhador

típico, por exemplo, eleva-se de 25% para 32,5% da mediana do bloco privilegiado. Os autônomos agrícolas representam a exceção no processo. Entre as categorias que vão do trabalhador típico ao empregado doméstico a comparação com o ano de 1992 se mostra também favorável. A introdução do controle educacional, por afetar o próprio efeito estimado, suprime uma parte importante deste resultado favorável, embora não chegue ao ponto de reverter o sentido ou a direção do efeito.

A Tabela 5 foi construída com a finalidade principal de focalizar os três fatores fundamentais de vantagens de classe: capital, autoridade e credencial. As categorias de classe são relativamente unívocas, baseadas num princípio organizador dominante, sem realizar hibridismos ou misturas conceituais. Foram escolhidos os contrastes de classe mais apropriados para avaliar a evolução destes vetores que estão associados às recompensas de renda. Os modelos com o controle de educação (resultado entre parênteses) serão usados para avaliar as dimensões de capital e autoridade.

Explora-se nos quatro primeiros contrastes o que está se passando com o efeito de possuir capital em diferentes níveis e formas de atividade econômica. No período pós-2002 aumentaram as diferenças absolutas de renda de ambos os empregadores em relação ao trabalhador típico. A razão entre as rendas se reduz num decréscimo relativo de -7% para os dois casos, o que não chega a ser uma retração muito ponderável. A comparação com 1992 mostra um quadro desfavorável ou não favorável. A passagem de autônomo para a condição de empregador mantém-se como um limiar importante. Os ganhos absolutos associados a este divisor social experimentam uma inflexão para cima e os relativos um movimento para baixo. A demarcação entre autônomos com e sem ativos sugere um quadro de relativa estabilidade temporal dos efeitos de capital no curso do período mais recente. Em todos os quatro contrastes da dimensão de capital as diferenças absolutas aumentam e as diferenças relativas decrescem relativamente pouco. Mantêm-se relativamente preservadas as vantagens de possuir capital em todas as transições ou níveis que se manifestam na aquisição de ativos pelo autônomo, na conversão em empregador e na mudança para a condição de capitalista.

As vantagens de renda de quem exerce autoridade gerencial aumentaram em termos absolutos e decresceram em termos relativos tanto em relação ao trabalhador típico quanto ao trabalhador elementar. As dis-

Tabela 5
Discrepâncias entre as Medianas Ajustadas por Regressão Quantílica para as
Comparações de Classe Seleccionadas
(Brasil, 1992-2011)
Modelos com Controles

Comparações de Classe	Diferença (-)			Razão (%)		
	1992	2002	2011	1992	2002	2011
Dimensão de Capital						
Capitalista vs. Trabalhador (+Controle educação)	3519 (3091)	4140 (3395)	4167 (3913)	617 (507)	797 (594)	629 (552)
Pequeno Empregador vs. Trabalhador (+Controle educação)	1139 (969)	1075 (959)	1174 (1062)	267 (228)	281 (240)	249 (223)
Pequeno Empr. vs. Autônomo c/ Ativos (+Controle educação)	868 (747)	918 (826)	990 (903)	191 (176)	223 (201)	202 (188)
Autônomo com vs. sem Ativos (+Controle educação)	389 (306)	257 (203)	277 (223)	169 (146)	152 (133)	140 (128)
Dimensão de Autoridade						
Gerente vs. Trabalhador (+Controle educação)	1169 (783)	1257 (877)	1253 (939)	272 (203)	312 (228)	259 (209)
Gerente vs. Elementar (+Controle educação)	1377 (906)	1434 (997)	1444 (1066)	391 (242)	444 (275)	342 (244)
Supervisor vs. Trabalhador (+Controle educação)	1018 (1543)	290 (250)	581 (486)	249 (297)	145 (136)	174 (156)
Supervisor vs. Elementar (+Controle educação)	1226 (982)	467 (366)	772 (613)	359 (254)	212 (164)	229 (183)
Dimensão de Credencial						
Especialista vs. Trabalhador (+Controle educação)	1830 (898)	1776 (838)	1538 (946)	369 (218)	399 (222)	295 (209)
Especialista vs. Elementar (+Controle educação)	2038 (1021)	1953 (954)	1729 (1073)	531 (206)	568 (267)	390 (245)
Qualificado vs. Trabalhador (+Controle educação)	601 (290)	366 (135)	359 (155)	188 (138)	162 (120)	146 (118)
Qualificado vs. Elementar (+Controle educação)	809 (413)	543 (251)	550 (282)	271 (165)	230 (144)	192 (138)

Nota: Medianas ajustadas em R\$ 2011, IC 99% e ajustes dos modelos encontram-se no Anexo.

crepâncias relativas mostraram-se estáveis na comparação com 1992. As vantagens do supervisor, por outro lado, aumentaram no período pós-2002 em relação a ambas as categorias e nos dois critérios². As ren-

das do trabalhador típico e do elementar se comportaram bem pior no confronto com o supervisor. A comparação com o supervisor oferece um modo interessante de isolar o efeito de interesse, pois as categorias contrastadas, demarcadas no exercício de autoridade, são relativamente menos diferentes em outros fatores não controlados. Regra geral o supervisor é recrutado no coletivo de trabalhadores, o cargo não tem *status* de carreira e o trabalho se dá no ambiente comum e de base da empresa (Roberts, 2011). No entendimento das mudanças nos padrões de recompensas dos empregos, o contraste entre categorias menos distantes, porém demarcadas no critério de interesse (exercício de autoridade), pode mostrar-se revelador em dois aspectos. A situação tanto reflete o impacto diferenciado do cruzamento da demarcação social (capital/autoridade/credencial) quanto sofre menos influência de fatores não observados. Pode-se concluir que, de maneira geral, as vantagens associadas às posições de autoridade foram mais preservadas ou, no limite, foram menos enfraquecidas.

No confronto com as duas categorias de trabalhadores as perdas de renda dos especialistas se manifestam tanto em termos absolutos quanto relativos. Em relação ao trabalhador típico, um contraste relevante: a diferença absoluta cai em 238 reais e a relativa decresce na proporção de 104 (-26% na razão) no período pós-2002. A queda foi mais forte na comparação com 1992. As distâncias de renda entre o empregado qualificado e o trabalhador típico, categorias distintas no critério de qualificação escassa, porém menos distantes, decrescem somente na forma relativa (-9,9% na razão). No contraste com o trabalhador elementar a perda relativa do empregado qualificado foi maior (-16,5% na razão). As vantagens de renda dos empregos em que o conhecimento perito representa o ativo definidor experimentaram um refluxo mais importante.

Em meio às mudanças caracterizadas neste artigo a subordinação da distribuição da renda ao ordenamento de classe da sociedade brasileira manteve-se claramente definida. A introdução das categorias de classe na análise ofereceu um quadro bem delimitado, porém complexo e nuançado, da redução da desigualdade de renda no Brasil. As mudanças nas rendas não ajustadas sinalizaram uma redução das distâncias da mediana geral composta mais por perdas do topo do que por ganhos da base. No entendimento do impacto agregado destes deslocamentos de renda deve ser considerado que, no período, o topo privilegiado cresceu (+16,4%) e a base destituída diminuiu (-15,5%). O agrupamento privilegiado, de maior renda, teve mais perdas, mas au-

mentou na população; o agrupamento destituído, de menor renda, teve mais ganhos, porém diminuiu de peso. Os decréscimos de renda dos privilegiados podem estar associados à sua expansão. Os aumentos de renda dos grupos destituídos podem estar relacionados à sua retração³. Ambos os movimentos favoreceram a queda da desigualdade ao reduzirem as distâncias de renda em relação ao centro da distribuição.

A desconcentração das rendas ajustadas reflete-se no fato do topo privilegiado ter perdido e a base destituída ter ganhado renda tanto em termos absolutos quanto relativos. A queda das diferenças absolutas, no entanto, foi menos marcante. Ocorreram igualmente reduções nas distâncias de renda entre categorias mais próximas ou menos distantes. As categorias de classe usadas no estudo permitiram realizar certa aproximação dos distintos mecanismos de vantagens de renda. As dimensões de capital, autoridade e credencial da estrutura social atuaram de modo bem diferenciado. As perdas mais pronunciadas estiveram vinculadas às credenciais mais elevadas das posições de especialistas. A dimensão de capital mostrou um padrão de aumento das vantagens absolutas combinado com certa queda restrita das diferenças relativas. A dimensão de autoridade reproduziu a mesma combinação para o gerente, porém as vantagens do supervisor aumentaram tanto em termos absolutos quanto relativos.

Dimensões fundamentais ao funcionamento da sociedade de classes, como são as relações de propriedade e autoridade, mostraram efeitos mais persistentes num contexto de queda significativa das diferenças de renda entre os indivíduos. Entretanto, as vantagens de possuir capital (capitalista e pequeno empregador) e exercer autoridade (gerente e supervisor) podem não ter amortecido tanto a queda da desigualdade agregada, em função da diminuição do peso global destas categorias na estrutura do emprego, de 9,14% para 7,41%, num quadro de expansão de outros grupos. A ampliação dos empregos de especialistas no topo da estrutura social, combinada com a redução do padrão de renda destas categorias, impactou na diminuição das discrepâncias de renda, pois a composição e as vantagens dos grupos privilegiados tornaram-se mais dependentes do controle e do emprego de insumos educacionais que estiveram perdendo valor.

(Recebido para publicação em setembro de 2013)

(Reapresentado em dezembro de 2013)

(Aprovado para publicação em setembro de 2014)

NOTAS

1. A comparação temporal envolvendo estas cinco categorias apresenta dois principais problemas específicos. A expansão e o detalhamento ocupacional realizados de 2002 em diante estiveram fortemente concentrados nas ocupações profissionais e nos técnicos de nível médio que formam a base das categorias de especialista e empregado qualificado. Dois importantes agrupamentos ocupacionais anteriores a 2002 (códigos 20 e 40) são heterogêneos em termos de distinções de exercício de autoridade, sendo que o classificado como gerente vincula-se mais ao setor público, ao passo que o classificado como supervisor pertence mais ao setor privado. No caso do supervisor, este problema, embora não afete o tamanho da categoria, superestima fortemente a renda mediana em 1992.
2. Não se deve relevar o dado de 1992, pois este provavelmente reflete problemas de mensuração da categoria que foram sanados com as mudanças ocupacionais de 2002 da PNAD (ver nota 1).
3. O agrícola precário e o trabalhador elementar localizados na agricultura foram afetados pela continuidade da retração setorial; a elevação da renda do doméstico pode ter levado à menor demanda deste tipo de trabalho por estratos sociais que estiveram perdendo renda; supõe-se que encerrou mais a atividade o autônomo precário mais vulnerável e de menor renda. De outro lado, trabalhadores que integravam este bloco, porém em melhores circunstâncias, podem ter passado a engrossar a expansão de 33,9% para 39,5% da categoria de trabalhador típico no período pós-2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIEL, Yoram e COWELL, Frank A. (1999), *Thinking about Inequality: Personal Judgment and Income Distributions*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ATKINSON, Anthony B. e BRANDOLIN, Andrea. (2011), "On the Identification of the 'Middle Class'". *Working Paper 2011-217*, Society for the Study of Economic Inequality. Disponível em <http://www.ecineq.org/milano/WP/ECINEQ2011-217.pdf>. Acessado em 3/12/2013.
- BARROS, Ricardo Paes de *et al.* (2007), "A Queda Recente da Desigualdade de Renda no Brasil", in R. P. de Barros, M. N. Foguel e G. Ulyssea (orgs.), *Desigualdade de Renda no Brasil: Uma Análise da Queda Recente*. Brasília, Ipea. 2 vols.
- BARROS, Ricardo Paes de *et al.* (2010), "Determinantes da Queda na Desigualdade de Renda no Brasil". *Texto para Discussão nº 1460*, Ipea, Rio de Janeiro.
- BONELLI, Regis e RAMOS, Lauro. (1993), "Distribuição de Renda no Brasil: Avaliação das Tendências de Longo Prazo e Mudanças na Desigualdade desde Meados dos Anos 70". *Revista de Economia Política*, vol. 13, nº 2, pp. 76-97.
- BOURGUIGNON, François. (2006), "From Income to Endowments", in D. Grusky e R. Kanbur (eds.), *Poverty and Inequality*. Califórnia, Stanford University Press.
- CORSEUIL, Carlos Henrique e FOGUEL, Miguel N. (2002), "Uma Sugestão de Deflatores para Rendas Obtidas a partir de Algumas Pesquisas Domiciliares do IBGE". *Texto para Discussão nº 897*, Ipea, Rio de Janeiro.
- FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. (2002), *Estrutura de Posições de Classe no Brasil: Mapeamento, Mudanças e Efeitos na Renda*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Editora UFMG/IUPERJ.
- . (2005), "Uma Classificação Socioeconômica para o Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, nº 58, pp. 27-45.
- . (2010), "Comprehending the Class Structure Specificity in Brazil". *South African Review of Sociology*, vol. 41, nº 3, pp. 24-44.
- GRUSKY, David e KANBUR, Ravi (eds.). (2006), *Poverty and Inequality*. Califórnia, Stanford University Press.
- HAO, Lingxin e NAIMAN, Daniel. (2007), *Quantile Regression*. Thousand Oaks, Sage.
- HOFFMANN, Rodolfo. (2007), "Queda da Desigualdade da Distribuição de Renda no Brasil, de 1995 a 2005, e Delimitação dos Relativamente Ricos em 2005", in R. P. de Barros, M. N. Foguel e G. Ulyssea (orgs.), *Desigualdade de Renda no Brasil: Uma Análise da Queda Recente*. Brasília, Ipea. 2 vols.
- . (2009), "Desigualdade da Distribuição da Renda no Brasil". *Economia e Sociedade*, vol. 18, nº 1, pp. 213-231.
- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). (2007), "Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil. Nota Técnica", in R. P. de Barros, M. N. Foguel e G. Ulyssea (orgs.), *Desigualdade de Renda no Brasil: Uma Análise da Queda Recente*. Brasília, Ipea. 2 vols.

Classe Social e Deslocamentos de Renda no Brasil

- KENWORTHY, Lane. (2007), "Social Inequality and Sociology". *American Behavioral Scientist*, vol. 50, nº 5, pp. 584-602.
- LEMIEUX, Thomas. (2008), "The Changing Nature of Wage Inequality". *Journal of Population Economics*, vol. 21 nº 1, pp. 21-48.
- LEICHT, Kevin T. (2008), "Broken Down by Race and Gender? Sociological Explanations of New Sources of Earnings Inequality". *Annual Review of Sociology*, vol. 34, pp. 237-255.
- MACCALL, Leslie e PERCHESKI, Christine. (2010), "Income Inequality: New Trends and Research Directions". *Annual Review of Sociology*, vol. 36, pp. 329-347.
- MARX, Karl. (1974), "Introdução à Crítica da Economia Política (Grundrisse)", in K. Marx *Manuscritos Econômico-filosóficos e outros Textos Escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural (Coleção Os Pensadores, vol. XXXV).
- MEDEIROS, Marcelo. (2012), *Medidas de Desigualdade e Pobreza*. Brasília, Editora UnB.
- MYLES, John e MYLES, Karen. (2007), "Social Who Gets What and Why. Answers from Sociology". *American Behavioral Scientist*, vol. 50, nº 5, pp. 579-583.
- NERI, Marcelo. (2011), *Desigualdade de Renda na Década*. Rio de Janeiro, FGV Editora.
- NECKERMAN, Kathryn M. e TORCHE, Florencia. (2007), "Inequality: Causes and Consequences". *Annual Review of Sociology*, vol. 33, pp. 335-357.
- RAMOS, Lauro. (1993), *A Distribuição de Rendimentos no Brasil – 1976/85*. Rio de Janeiro, Ipea.
- . (2007), "Desigualdade de Rendimentos do Trabalho no Brasil, de 1995 a 2005", in R. P. de Barros, M. N. Foguel e G. Ulyssea (orgs.), *Desigualdade de Renda no Brasil: Uma Análise da Queda Recente*. Brasília, IPEA. 2 vols.
- e TRINDADE, Cláudia. (1991), "Educação e Desigualdade de Salários no Brasil: 1977/89", in IPEA. *Perspectivas da Economia Brasileira – 1991*. Rio de Janeiro, Ipea.
- RAMOS, Lauro e VIEIRA, Maria Lúcia. (2000), "Determinantes da Desigualdade de Rendimentos no Brasil nos Anos 90: Discriminação, Segmentação e Heterogeneidade dos Trabalhadores", in R. Henriques (org.), *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, Ipea.
- RAVALLION, Martin. (2004), "Competing Concepts of Inequality in the Globalization Debate", in S. M. Collins e C. Graham (eds.), *Brookings Trade Forum 2004: Globalization, Poverty and Inequality*. Washington, D.C., Brookings Institution Press, pp. 1-38.
- ROBERTS, Ken. (2011), *Class in Contemporary Britain*. (2ª ed.). New York, Palgrave Macmillan.
- ROEMER, John. (1988), *Free to Lose: An Introduction to Marxist Economic Philosophy*. Cambridge, Harvard University Press.
- SOARES, Fabio Veras *et al.* (2006), "Programas de Transferência de Renda no Brasil: Impactos sobre a Desigualdade". *Texto para Discussão nº 1228*, Ipea, Brasília.
- SOUZA, Pedro H. G. F. de e CARVALHAES, Flávio. (2014), "Estrutura de Classes, Educação e Queda da Desigualdade, 2002-2011". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 57, nº 1, pp. 101-128.

José Alcides Figueiredo Santos

- SOUZA, Pedro H. G. F. de e OSÓRIO, Rafael Guerreiro. (2011), "A Redução das Disparidades Regionais e a Queda da Desigualdade Nacional de Renda (1981-2009)". *Texto para Discussão nº 1648*, Ipea, Brasília.
- TILLY, Charles. (1998), *Durable Inequality*. Berkeley, University of California Press.
- VALLE SILVA, Nelson do. (2003a), "Os Rendimentos Pessoais", in C. Hasenbalg e N. V. Silva, *Origens e Destinos: Desigualdades Sociais ao Longo da Vida*. Rio de Janeiro, Topbooks.
- . (2003b), "O Esquema Analítico e a Classificação Ocupacional", in C. Hasenbalg e N. V. Silva, *Origens e Destinos: Desigualdades Sociais ao Longo da Vida*. Rio de Janeiro, Topbooks.
- WEEDEN, Kim A. et al. (2007), "Social Class and Earnings Inequality". *American Behavioral Scientist*, vol. 50, nº 5, pp. 702-736.
- WOLFF, Edward N. e ZACHARIAS, Ajit. (2013), "Class Structure and Economic Inequality". *Cambridge Journal of Economics*, vol. 37, nº 6, pp. 1381-1406.
- WRIGHT, Erik Olin. (1979), *Class Structure and Income Determination*. New York, Academic Press.
- . (1997), *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*. Cambridge, Cambridge University Press.
- . (2005), "Foundations of a Neo-Marxist Class Analysis", in E. O. Wright (ed.), *Approaches to Class Analysis*. Cambridge, Cambridge University Press.

Classe Social e Deslocamentos de Renda no Brasil

ANEXO

Tabela A
 Medianas Ajustadas por Regressão Quantílica, em R\$ 2011,
 e Intervalos de Confiança (IC) 99%
 (Brasil, 1992-2011)

Posições de Classe	1992		2002		2011	
	Mediana	IC 99%	Mediana	IC 99%	Mediana	IC 99%
Capitalista (+ <i>contr. educação</i>)	4200	4156-4243	4734	4700-4768	4955	4917-4993
Especialista autônomo (+ <i>contr. educação</i>)	3851	3807-3895	4081	4045-4114	4778	4741-4814
Gerente (+ <i>contr. educação</i>)	2957	2914-1999	3027	3002-3052	2896	2870-2922
Empregado especialista (+ <i>contr. educação</i>)	1950	1906-1995	2098	2073-2123	2286	2260-2311
Pequeno empregador (+ <i>contr. educação</i>)	1850	1829-1871	1851	1837-1866	2041	2024-2058
Autônomo com ativos (+ <i>contr. educação</i>)	1543	1521-1564	1568	1553-1583	1804	1787-1801
Empregado qualificado (+ <i>contr. educação</i>)	2511	2491-2532	2370	2356-2384	2326	2313-2339
Supervisor (+ <i>contr. educação</i>)	1658	1635-1680	1525	1510-1540	1811	1797-1824
	1820	1803-1836	1669	1656-1681	1962	1956-1978
	1729	1712-1746	1646	1633-1658	1927	1911-1942
	952	939-964	751	741-761	972	962-983
	982	969-995	820	811-830	1024	1014-1034
	561	542-580	416	400-433	527	507-548
	697	677-716	545	530-562	649	629-669
	1282	1266-1299	960	950-970	1147	1137-1157
	1050	1034-1067	822	812-832	1020	1010-1031
	1699	1674-1723	884	866-903	1369	1347-1391
	1618	1593-1644	937	919-955	1351	1330-1373

(continua)

Tabela A
Medianas Ajustadas por Regressão Quantílica, em R\$ 2011,
e Intervalos de Confiança (IC) 99%
(Brasil, 1992-2011)

Posições de Classe	Modelos com Controles, sem e com Controle de Educação (continuação)					
	1992		2002		2011	
	Mediana	IC 99%	Mediana	IC 99%	Mediana	IC 99%
Trabalhador típico (+ <i>contr. educação</i>)	681	675-686	594	589-598	788	783-792
Trabalhador elementar (+ <i>contr. educação</i>)	760	755-766	687	683-692	865	861-870
Autônomo precário (+ <i>contr. educação</i>)	473	463-484	417	409-426	597	587-606
Empregado doméstico (+ <i>contr. educação</i>)	637	627-648	571	563-579	738	729-748
Agrícola precário (+ <i>contr. educação</i>)	563	553-573	494	486-502	695	686-704
Base destituída (+ <i>contr. educação</i>)	673	662-683	617	610-625	801	793-810
Topo privilegiado (+ <i>contr. educação</i>)	526	512-541	521	509-533	699	686-711
Pseudo R ² s/edu.	661	646-676	664	653-676	825	813-868
Pseudo R ² c/edu.	499	474-524	361	338-385	414	386-442
	644	619-670	493	471-515	540	513-567
	511	505-517	463	458-467	645	640-651
	654	647-660	604	599-609	775	769-781
	2373	2360-2386	2374	2364-2383	2425	2485-2504
	1744	1728-1762	1721	1711-1731	1985	1974-1996
	0,1968	-	0,2129	-	0,1949	-
	0,2315	-	0,2504	-	0,2211	-

Nota: Os testes do programa "predxcat" mostram que as diferenças entre as medianas ajustadas são estatisticamente significativas em todos os modelos estimados.

RESUMO

Classe Social e Deslocamentos de Renda no Brasil

O presente artigo identifica e examina os principais deslocamentos de renda entre as posições de classe que se deram no Brasil entre 1992 e 2011. Foram conjugadas medidas de diferenças observadas e de diferenças ajustadas por regressão quantílica. A subordinação da distribuição da renda ao ordenamento de classe da sociedade brasileira manteve-se claramente definida. No período pós-2002 diminui a diferença de renda entre o topo privilegiado e a base destituída tanto em termos absolutos quanto relativos. As perdas de renda mais pronunciadas estiveram vinculadas às credenciais das posições de especialistas. As vantagens de classe das dimensões de propriedade e autoridade da estrutura social mostraram-se mais persistentes. Outrossim, a composição e as vantagens dos grupos privilegiados tornaram-se mais dependentes do controle e do emprego de insumos educacionais que perderam valor.

Palavras-chave: classe social; desigualdade de renda; sociedade brasileira; regressão quantílica

ABSTRACT

Social Class and Income Shifts in Brazil

This article identifies and examines the main income shifts among class position in Brazil between 1992 and 2011. Observed difference measures were combined with differences adjusted by quantile regression. The subordination of income distribution to class ordering Brazilian society remained clearly visible. After 2002, the income difference between the privileged top and the destitute base decreased, both in absolute and relative terms. The more acute losses in income were linked to the credentials of specialist positions. The class advantages in the dimensions of property and authority of the social structure became more persistent. Otherwise, the composition and the advantages of the privileged groups have become more dependent on the control and employment of educational inputs that have lost value.

Keywords: social class; income inequality; Brazilian society; quantile regression

José Alcides Figueiredo Santos

RÉSUMÉ

Classes Sociales et Évolutions des Revenus au Brésil

Le présent article identifie et analyse les principales évolutions des revenus au sein des différentes positions de classe au Brésil, entre 1992 et 2011. Nous avons combiné les mesures des différences observées avec celles des différences corrigées par régression quantile. La subordination de la distribution des revenus à la structure de classe de la société brésilienne est toujours clairement établie. Après 2002, les différences de revenu entre le sommet privilégié et la base démunie ont diminué en termes aussi bien absolus que relatifs. Les pertes de revenu les plus prononcées ont touché les professions spécialisées. Les avantages de classe liés à la propriété et à l'autorité au sein de la structure sociale sont quant à eux demeurés persistants. En outre, la composition et les avantages des groupes privilégiés sont aujourd'hui plus dépendants du contrôle et de l'emploi d'acquis éducationnels ayant perdu de leur prestige.

Mots-clés: classe sociale; inégalités de revenu; société brésilienne; régression quantile

RESUMEN

Clase Social y Desplazamientos de Renta en Brasil

El presente artículo identifica y examina los principales desplazamientos de renta entre las posiciones de clase en Brasil entre 1992 y 2011. Hemos combinado medidas de diferencias observadas y diferencias ajustadas por regresión cuantílica. La subordinación de la distribución de renta al ordenamiento de clase de la sociedad brasileña se mantuvo claramente definida. En el periodo post-2002 disminuye la diferencia de renta entre el topo privilegiado y la base destituida tanto en términos absolutos como relativos. Las pérdidas de renta más pronunciadas estuvieron vinculadas a las credenciales de las posiciones de especialistas. Las ventajas de clase de las dimensiones de propiedad y autoridad de la estructura social aparecen como más persistentes. Igualmente, la composición y las ventajas de los grupos privilegiados se muestran más dependientes del control y del empleo de insumos educativos que perdieron valor.

Palabras clave: clase social; desigualdad de renta; sociedad brasileña; regresión cuantílica